

# EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



## OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

### THE CHALLENGES OF HIGHER EDUCATION IN CONTEMPORARY SOCIETY

Ana Laura Weber<sup>1</sup>  
Vera Maria Werle<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo coloca em perspectiva o papel da educação superior na sociedade contemporânea, considerando as alternativas para o resgate do verdadeiro sentido da educação em meio a sua atual situação de crise, do mercado globalizado e da sociedade de consumo do século XXI. Para alcançar tal intento, primeiramente, apresentou-se a trajetória da universidade considerando os seus papéis e funções desde a sua fundação até à sociedade de mercado e consumo da modernidade e, por fim, tratou-se da educação superior no cenário contemporâneo em que, cada vez mais, as instituições de ensino superior precisam se adequar às exigências do mundo globalizado, o que impulsiona o seu caráter mercadológico e compromete o verdadeiro papel da educação superior. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e raciocínio dedutivo. A partir do estudo do presente tema vislumbrou-se a necessidade de haver um resgate do objetivo principal da educação superior desde os tempos mais antigos, qual seja, o de uma formação integral do cidadão, de um espaço voltado para a produção cultural e de atividade científica, para uma melhor compreensão e transformação da realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação superior. Papel e função da universidade. Sociedade de consumo. Globalização.

**ABSTRACT:** The present study puts into perspective the role of higher education in contemporary society, considering the alternatives for the recovery of the true meaning

---

<sup>1</sup> Advogada. Mestra em Direito pela URI *Campus* de Santo Ângelo. Pós-graduanda em Docência para o Ensino Superior pela Faculdade CNEC Santo Ângelo. [analauweber@gmail.com](mailto:analauweber@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora da Faculdade CNEC Santo Ângelo. [1432.Verawerle@cneec.br](mailto:1432.Verawerle@cneec.br)

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



of education in the midst of its current crisis situation, the globalized market and the consumer society of the 21st century. In order to reach such an aim, the university's trajectory was first presented, considering its roles and functions from its foundation to the society of market and consumption of modernity, and finally, it was a question of higher education in the contemporary scenario where, more and more, higher education institutions need to adapt to the demands of the globalized world, which boosts their market character and compromises the true role of higher education. The methodology used in this work was qualitative bibliographical research and deductive reasoning. From the study of the present theme, the need for a rescue of the main objective of higher education since the earliest times, that is, of an integral formation of the citizen, of a space directed to the cultural production and activity for a better understanding and transformation of reality.

**KEY WORDS:** Higher education. Role and function of the university. Consumer society. Globalization.

## 1 Considerações Iniciais

A educação é, por suas origens, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente determinada.

O processo de industrialização iniciado no século XVIII fez surgir a chamada sociedade industrial e de consumo, marcada por um modelo de formação educacional que objetivava a preparação de mão de obra qualificada que pudesse dar conta dessa nova realidade, de uma sociedade centrada na produção e no avanço da economia com o mercado capitalista.

A partir dessa perspectiva, este estudo propõe uma reflexão acerca dos desafios enfrentados pela educação superior na sociedade de consumo, que perdura até os dias atuais e influencia diretamente na questão do ensino das universidades e instituições, já que estas tiveram, também, que se adequar ao contexto social contemporâneo de profundas transformações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas ainda em curso.

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



Para a discussão do tema, abordar-se-á, num primeiro momento, o papel e a função da universidade desde o seu surgimento, na Idade Média, quando era voltada aos ensinamentos da filosofia natural, passando pelas posteriores descobertas científicas em diversos campos do saber e a necessidade de alteração de sua estrutura, com uma maior relação com o Estado, até se chegar aos dias atuais, com a globalização e a tecnologia avançada e com um aumento cada vez maior da mercantilização do ensino. Será apresentada, portanto, no momento inicial do estudo, uma contextualização da história do ensino superior.

Na sequência, é trazida à cena a questão da evolução pela qual passou a sociedade desde o período moderno, com o início e o desenvolvimento da sociedade de consumo, até se chegar ao período atual, da sociedade contemporânea, denominado de pós-moderno e marcado pelas mudanças rápidas e constantes em todos os setores da vida humana, o que trouxe, devido à democratização do acesso à educação superior, a necessidade de adequação da universidade à demanda cada vez maior na procura pelas graduações, gerando uma insistente crise na educação.

Por fim, problematiza-se a questão da educação superior no cenário contemporâneo, já que foi na sociedade de consumo e no cenário da globalização que a educação superior recebeu a missão de formar capital humano qualificado com conhecimentos que colaborassem para o desenvolvimento econômico das nações, ou seja, com o ideário da mercantilização, fator que lançou e ainda hoje lança grandes desafios à universidade do século XXI, redefinindo objetivos, funções e atividades que historicamente marcaram a sua existência.

De um lado, portanto, estão as funções tradicionais da universidade, ou seja, um lugar para ser desenvolvido o pensamento reflexivo, o espírito investigativo, a socialização e a produção do conhecimento. Já do outro lado, está a sociedade de consumo globalizada, o mundo contemporâneo com formas de vida cada vez mais multiculturais, com as tecnologias da comunicação e da informação, a massificação e o intuito de

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



lucratividade do ensino, e as líquidas demandas de mercado, fatores esses que ditam novas regras no campo do ensino e da produção científica.

Dessa forma, as transformações pelas quais passou e ainda passa a sociedade, atualmente direcionada para o mercado e o desenvolvimento da economia, são norteadas pela reorganização em todos os setores, dentre eles, a educação superior, a qual, mediante seu histórico, foi perpetuada na ideia mercantilista, com a fortificação do mercado através de formação de capital humano qualificado.

Ocorre, no entanto, que a formação de capital humano qualificado e mera certificação, nem de longe, estavam nos planos de serem os objetivos principais da educação superior, que tem a formação de cidadãos em sua totalidade, ou seja, conscientes, críticos, qualificados, competentes e empáticos como uma de suas missões e seu objetivo central desde o surgimento da universidade.

Hoje, no entanto, a universidade e as instituições superiores estão com a preocupação voltada a atender às necessidades da sociedade, e não mais a formação do sujeito/cidadão.

## **2 Papel e função da universidade desde o seu surgimento até os dias atuais**

Antes de adentrar nas reflexões acerca do papel e da função da universidade no Brasil, desde o seu surgimento até os dias atuais, história essa que se une com a evolução política, econômica, social e cultural do País, importante compreender como se deu o desenvolvimento da instituição universitária ao longo da história.

De acordo com Hélió Trindade (2018), quanto a tal fato é possível identificar quatro períodos, sendo o primeiro o que inicia no século XII e vai até o Renascimento, no século XVI, período marcado pela invenção da universidade na Idade Média com a constituição de um modelo de universidade tradicional, implantado em todo território europeu e sempre sob a proteção da Igreja. Para Cristovam Buarque (2003), as

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



universidades nasceram a partir das escolas dos mosteiros e catedrais, e tiveram como objetivo primordial educar o homem para servir à sociedade, caracterizando-se a universidade como uma instituição social que buscava autonomia do saber face à religião e ao Estado da época, ou seja, idealizava a transmissão de conhecimentos guiados por sua própria lógica.

Ainda sobre o primeiro período, é possível afirmar que a invenção da universidade na Idade Média objetivava a criação de um espaço novo de construção e preservação dos saberes, um caminho para a construção do conhecimento das ciências humanas e naturais (OLIVEIRA, 2018), ou seja, a finalidade e as características da universidade quando da sua criação são bem distintas das da universidade tecnicista dos dias atuais.

Já o segundo período iniciou-se no século XV, época em que a universidade renascentista absorve o impacto das mudanças comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico da época, sofrendo, também, com os efeitos da Reforma e da Contrarreforma.

O terceiro período, que se deu a partir do século XVII, foi marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, bem como pelo Iluminismo no século XVIII, quando a universidade começou a institucionalizar a ciência em uma transição para os novos modelos. A inclusão das ciências nas universidades alterou a estrutura da instituição, que era anteriormente limitada à "filosofia natural" ensinada nas faculdades de medicina e artes.

Por fim, no quarto período, século XIX, foi implantada a universidade estatal moderna, período que perdura até os dias atuais, em que existe uma relação entre Estado e universidade com o estabelecimento de suas principais variantes institucionais. Portanto, além da inclusão das ciências nas universidades, iniciou uma nova relação entre universidade e Estado, rompendo com seu formato tradicional e tornando-se tributária dessa complexa interdependência. As novas tendências da universidade caminharam em direção ao modelo estatal (França e Alemanha) e ao fim do monopólio corporativo dos

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



professores. No Brasil, entretanto, o desenvolvimento do ensino superior foi, de acordo com Maria Susana Arrosa Soares (2018), uma conquista tardia, já que no território brasileiro durante o período da colonização, em que o Brasil era uma colônia portuguesa, a educação estava unificada nos Colégios Reais dos Jesuítas e apenas as elites tinham o luxo de estudar nas universidades de Coimbra e Évora, em Portugal. Não havia interesse, portanto, nem por parte de Portugal, devido a sua política de colonização, nem por parte dos jesuítas, que concordavam que a elite deveria procurar Portugal ou outras cidades da Europa para realizar seus estudos superiores, sendo desnecessária, assim, a criação de uma instituição superior na colônia, pois os alunos formados nos colégios jesuítas brasileiros completavam seus estudos nas universidades europeias.

Ocorre, porém, segundo Soares (2018), que com a vinda da família real e de toda a Corte para o Brasil no ano de 1808, após a ameaça da invasão napoleônica, surgiu a necessidade de que o ensino na colônia tivesse uma nova organização, afinal não havia mais a possibilidade de a elite estudar nas universidades portuguesas. Dessa forma, surgem os primeiros cursos superiores durante o final do período colonial e início do período imperial, nos quais predominaram os cursos superiores mantidos pelo Estado. Conforme afirma Eunice Ribeiro Durham, portanto, “as primeiras instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando da década de 1930” (2005, p.201).

Segue Durham (2005) referindo que o processo de independência do Brasil e a criação da primeira universidade brasileira foram adiados com a vinda da família real e de toda a Corte para o País. Quando proclamada a República, em 1889, a Constituição permitiu a descentralização do ensino superior e, conseqüentemente, surgiram as instituições de ensino superior tanto de caráter público, estaduais e municipais, quanto as de caráter privado, sendo que entre os anos de 1889 e 1918 foram criadas, no Brasil, 56 novas instituições de ensino superior, em sua grande maioria de caráter privado.

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



Já para Soares (2018), a primeira universidade brasileira surgiu na década de 1920, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que trazia a ideia da desnecessidade de ensino crítico e a necessidade de realização de atividades práticas, com centros de reprodução especializados. Os cursos mais procurados, portanto, eram os de medicina, direito e engenharia. Importante mencionar que essa ideia de a prática se sobrepôr ao raciocínio crítico se deu muito pela crescente industrialização da época, a qual trouxe ao país transformações econômicas, culturais, urbanas e na educação como um todo.

Anos depois, mais precisamente em 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo, é que ocorre uma reformulação universitária com a ampliação das áreas de estudos, passando a existir os cursos de filosofia, ciências e letras, ou seja, cursos que exigiam a instituição da pesquisa como atividade importante no ambiente acadêmico universitário (SOARES, 2018).

Essa reformulação universitária continuou ocorrendo até o início do Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas em 1937, período durante o qual houve a centralização do ensino superior brasileiro, em que o governo Vargas definiu o formato legal que deveriam obedecer às instituições universitárias que viessem a ser criadas no Brasil, atentando para o fato de que

[...] é significativo observar que o crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização do país, a partir de 1937, refletiu no campo educacional. Embora o ministro Capanema tenha promovido uma reforma do ensino secundário, sua maior preocupação se concentrou em organizar um ensino industrial. Um decreto-lei de janeiro de 1942, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial com o objetivo de preparar mão de obra fabril qualificada. [...] (FAUSTO, 1994, p.367).

Ou seja, os objetivos da educação na época do governo Vargas, que terminou em 1945, apontavam para uma ideologia de preparação da classe trabalhadora para o mercado de trabalho com vistas ao desenvolvimento, e apenas da elite para o ensino superior. De acordo com Soares (2018), o Ministro Capanema quis implantar, ainda, um modelo único de ensino superior em todo o Brasil, o qual foi efetivado com a criação da Universidade

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



do Brasil, que substituiu a Universidade Federal do Rio de Janeiro e seguiu os mesmos padrões de ensino dos anos de 1920, com o predomínio do ensino prático ao raciocínio crítico.

A partir da reforma do governo Vargas, portanto, percebe-se uma retomada do domínio por parte do governo nas questões relacionadas ao ensino superior. De acordo com Sampaio (2000), do ano de 1945 até meados de 1960, o sistema de ensino superior continuou crescendo, porém lentamente, foram criadas 18 universidades públicas e 10 particulares. No ano de 1950, entra em cena o movimento estudantil União Nacional dos Estudantes – UNE, reivindicando uma profunda reforma de todo o sistema educacional, alterando sua estrutura e rompendo com o modelo do governo Vargas. A luta dos estudantes era pela ampliação de vagas das universidades públicas e gratuitas, contra a desigualdade social no ensino superior e a favor da união entre ensino e pesquisa (SAMPAIO, 2000).

Havia, portanto, a necessidade e grande clamor popular por uma modernização e uma reforma do ensino superior no Brasil, o qual sempre esteve restrito às elites e, devido ao surgimento de uma nova sociedade, a industrial, esse cenário precisava ser modificado para que a classe média também tivesse acesso às universidades e o país pudesse se desenvolver mais rapidamente (SOARES, 2018).

Todo o movimento e clamor popular por uma “reforma universitária” aconteceu antes da tomada do poder pelos militares, porém se intensificou quando desse acontecimento, em 1964. Foi então que, em 1968, houve a promulgação da Lei nº 5.540, a Lei da Reforma Universitária, uma estratégia do Governo Militar para ampliar seus ideais de segurança e desenvolvimento, que eram os focos do projeto político e econômico do governo. A Lei da Reforma Universitária, em seu artigo 1º, elenca como objetivos do ensino superior “[...] a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras, artes e a formação de profissionais de nível universitário”. Já em seu artigo 2º, a Lei faz menção à indissociabilidade entre ensino e pesquisa.



# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADE CNEC  
Santo Ângelo

Após a promulgação da referida Lei, de acordo com Silveira e Loehder,

[...] as instituições, no contexto político da época, passaram a ser “gerenciadas” diretamente pelo governo federal, com o objetivo de reprimir as forças de caráter subversivo, surgidas nos contextos universitários, bem como incentivar a pesquisa nas áreas que iriam promover, efetivamente, o desenvolvimento econômico nacional. Assim, fica estabelecida a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão (2015, p.101).

As mudanças foram, portanto, para fazer jus ao projeto de desenvolvimento do País, que era o maior objetivo do governo, já que o Brasil, comparado às potências internacionais, estava atrasado e a fragilidade científica era vista como a causadora desse atraso. Devido a isso, importante mudança se deu também com relação ao corpo docente das universidades, pois foi criado o regime de dedicação exclusiva em tempo integral, valorizando a titulação e estimulando a produção científica no Brasil (SOARES, 2018).

Foram, assim, reformuladas as características do ensino superior no Brasil e realizadas mudanças no modelo utilizado até então pelas universidades do País, tendo essas mudanças sofrido influência das universidades norte-americanas no sentido de que a universidade deve, agora, atender às demandas do mercado capitalista, às necessidades da sociedade de consumo e aos critérios do Estado, com um ensino que priorize a formação de especialistas, a produção de conhecimento tecnológico e pesquisa utilitarista (TAUCHEN; FÁVERO, 2011).

Essa reformulação rompeu com a concepção de universidade filiada à tradição alemã, com as ideias de Wilhelm Von Humboldt, idealizador da Universidade de Berlim, fundada em 1810, para o qual a universidade deveria unir desenvolvimento científico com formação moral e intelectual. Segundo ele, “o conceito das instituições científicas superiores [...] implica duas tarefas. De um lado, promoção do desenvolvimento máximo de ciência. De outro, produção do conteúdo responsável pela formação intelectual e moral” (HUMBOLDT, 1997, p.79).

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



Além disso, Humboldt (1997) acreditava na universidade como um local de investigação e reflexão, devendo o ensino com mera transmissão de conteúdos ser colocado em segundo plano, para que entrasse em cena a pesquisa como organizadora das relações entre professor e aluno, ou seja, o norteamento pela pesquisa que deveria balizar essas relações, devendo as universidades se caracterizarem pela “[...] vida intelectual dos que se dedicam à ciência e à pesquisa” (HUMBOLDT, 1997, p.81). Ocorre, no entanto, que “o ideal de universidade de concepção alemã, voltada para a formação humanista e tendo como base uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, é destruído pela racionalização e pela fragmentação do trabalho intelectual” (TAUCHEN; FÁVERO, 2011, p.409).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, de caráter predominantemente democrático, foram reafirmados os paradigmas da reforma educacional ocorrida em 1968 com o novo contexto universitário visando sua autonomia, já que, em seu artigo 207, a Carta Magna de 1988 estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Segue no mesmo sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/96), que regulamenta a autonomia dada às universidades pela Constituição de 1988 e, em seu artigo 43, declara como finalidades da educação superior, dentre outras, “estimular a criação cultural”, o “desenvolvimento do espírito científico”, “o pensamento reflexivo”; “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento”, “incentivar o desenvolvimento da pesquisa, da investigação científica para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia”.

Os movimentos, as reformas, as mudanças e as leis promulgadas vão, portanto, ao encontro da ideia de união entre ensino, pesquisa e extensão na atual conjuntura política do ensino superior, cabendo, portanto, às universidades se adequarem a essa perspectiva.

Ocorre, porém, que a ampla autonomia garantida às universidades traz discussões

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



e críticas, sendo uma das críticas o fato de que foi autorizada pelo Conselho Federal de Educação a instalação de instituições privadas que ampliaram e muito o mercado das chamadas “universidades corporativas”. Nesse enfoque, as discussões giram em torno da dúvida quanto à qualidade do ensino oferecido por essas instituições, quando prevalecente a função de prestação de serviços. Conforme afirma Sguissardi,

[...] é no diagnóstico neoconservador dos problemas da economia e do Estado que estão ancorados os princípios e diretrizes das grandes mudanças da educação superior nas últimas décadas. Entre esses, deve-se apontar o não reconhecimento da educação superior como um bem público ou direito de cidadania e a tese de que o ensino superior é similar a um bem privado, espécie de semimercadoria do quase-mercado educacional (2006, p.64).

Nesse mesmo sentido, a professora Martha Nussbaum, apesar de em grande parte de sua obra tratar da educação americana, traz importantes reflexões que servem para o ensino superior do Brasil da mesma forma, afinal este, conforme já referido, sofreu forte influência norte-americana para sua reestruturação. De acordo com Nussbaum (2015), tornou-se predominante, atualmente, uma concepção de educação baseada no lucro, tendo sido deixado de lado o processo de desenvolvimento crítico e criativo dos alunos, já que a pressão pelo crescimento econômico e arrecadação leva a mudanças no currículo das universidades e, conseqüentemente, no ensino.

Além disso, a autora não acredita na educação como uma principal ferramenta de crescimento econômico, já que nem sempre esse crescimento econômico gera uma melhor qualidade de vida, pois o descuido e o desprezo pelas artes e humanidades colocam em perigo uma melhor qualidade de vida e a saúde das democracias. O modelo educacional ideal deve promover a democracia, e não destruí-la (NUSSBAUM, 2015).

Para Nussbaum (2015), o que está ocorrendo é uma crise mundial da educação, a qual, se prosseguir, estará ajudando a produzir gerações de máquinas lucrativas em vez de produzir cidadãos íntegros que pensam por si próprios, que são críticos e empáticos, pois é disso que depende o futuro da sociedade e da democracia.

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



Seguindo essa linha de pensamento, Boaventura de Souza Santos (2011) traz à tona a existência atual da chamada globalização neoliberal da universidade, um projeto que é a causa da desestabilização das universidades em geral e leva-as à crise. O autor refere que tal projeto possui como pressupostos a descapitalização da universidade pública e a transnacionalização do mercado universitário, mudando o atual paradigma das universidades que é institucional e político-pedagógico, para um paradigma empresarial.

Ainda, ao se referir mais uma vez à crise da universidade contemporânea, o autor atenta para as contradições que foram sendo alimentadas ao longo da história, de um lado com o que é tradicionalmente esperado da universidade, ou seja, o pensamento crítico, reflexivo, com os conhecimentos científicos e humanísticos, e de outro com as funções que foram sendo atribuídas a ela ao longo do século XX, a formação de uma mão de obra qualificada que atendessem aos anseios do capitalismo crescente para o desenvolvimento da nação (SANTOS, 2011).

De acordo com Boaventura de Souza Santos, existe, ainda, uma crescente crise de legitimidade da universidade, que se deve à “[...] crescente segmentação do sistema universitário e pela crescente desvalorização dos diplomas universitários, em geral” (2011, p.15). Essa reflexão pode ser relacionada com a questão da massificação e da democratização do acesso ao ensino universitário, transformação essa que exige bastante das universidades, já que, segundo Zabalza, a “[...] adaptação constante às circunstâncias e às demandas da sociedade acelerou-se tanto no último meio século, que é impossível um ajuste adequado sem uma transformação profunda das próprias estruturas internas das universidades” (2004, p.19). Ou seja, o autor entende que ocorreu uma grande mudança nas funções das instituições, as quais, atualmente, se “constituem como fenômenos sociais muito mais livres e variáveis” (ZABALZA, 2004, p.34), fator que ocasiona um desencontro entre as funções da universidade e sua estrutura e forma de funcionamento.

Tendo sido feita, no presente tópico, uma reflexão acerca do papel e da função da universidade desde o seu surgimento até dos dias atuais, no tópico a seguir será analisada

a evolução pela qual passou a sociedade a partir do período denominado de modernidade até o momento atual, da pós-modernidade, com uma sociedade de consumo globalizada, afinal não é possível entender o desenvolvimento pelo qual passou o ensino superior de forma separada do todo, ou seja, separada da história da sociedade.

### 3 As transformações da sociedade de consumo

Inicialmente, são necessários breves esclarecimentos acerca do período chamado modernidade, o qual emergiu na Europa por volta do século XVII e consistiu em uma economia capitalista mundial, formada juntamente com a divisão do mundo pelo sistema Estado-nação. Aliás, quando um sociólogo utiliza o termo “sociedade”, aplicado ao período da modernidade, em sua maioria, ele está fazendo referência ao Estado-nação (GIDDENS, 2002).

Pode-se referir, ainda, que o termo modernidade é utilizado para tratar das instituições e modos de comportamento estabelecidos na Europa pós-feudalismo e que no século XX foram mundialmente impactantes. Também chamada de “mundo industrializado”, a modernidade tem como um dos seus eixos institucionais as relações sociais implicadas na utilização de força material e de maquinário nos processos de produção e o capitalismo, considerado como outra dimensão institucional (GIDDENS, 2002).

Sobre os Estados modernos, Anthony Giddens afirma que:

[...] são sistemas reflexivamente monitorados que [...] seguem políticas e planos coordenados numa escala geopolítica. Como tais, são um exemplo maior de uma característica mais geral da modernidade: a ascensão da *organização*. O que distingue as organizações modernas não é tanto seu tamanho, ou seu caráter burocrático, quanto o monitoramento reflexivo que elas permitem e implicam. Dizer modernidade é dizer não só organizações, mas organização – o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas (2002, p.22) [grifo do autor].

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



Assim, a modernidade também pode ser entendida como sinônimo de ordem, ou seja, como um projeto de ordem considerado um projeto científico-técnico de conhecer para controlar, utilizando isso a favor dos seres humanos. O projeto do Estado moderno visava organizar os povos e a existência social de cada um deles, para que fosse possível dar-lhes uma vida melhor (BAUMAN, 1998).

Ademais, o início do período denominado modernidade rompe o referencial protetor da antiga pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações maiores e impessoais (GIDDENS, 2002), as quais podem, segundo Stuart Hall, ser consideradas como “sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (2005, p.14), sendo isso que as distingue das sociedades tradicionais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a modernidade apresenta grandes diferenças com relação aos modos de vida pré-modernos, sendo que o principal exemplo disso é o grande dinamismo que possui, já que o mundo moderno, para Giddens (2002), é um “mundo em disparada”, ou seja, o ritmo das mudanças sociais é mais rápido do que nos sistemas anteriores, e a amplitude e a profundidade com que essa mudança influi nas práticas sociais e nos modos de comportamento são maiores.

Com o surgimento da modernidade, houve também uma mudança radical das concepções de espaço e tempo, resultando da desconexão desses dois termos, cuja dependência de um com relação ao outro vem sendo reduzida. Isso foi possível com a criação de uma dimensão “vazia” de tempo, através da invenção de relógios, mudança que não poderia ser apenas local, mas sim universal. Um mundo com um sistema de tempo universal e com um mapa global, no qual há o “esvaziamento” do espaço da mesma forma que acontece com o tempo, é “social e experientialmente diferente de todas as eras pré-modernas” (GIDDENS, 2002, p.23).

Sobre a separação entre tempo e espaço, Giddens (2002) chama atenção para o fato de que ela não significa que ambos os termos se tornaram alheios à organização social humana, mas que essa separação fornece às atividades sociais possibilidades de

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



combinações que não necessariamente devem fazer alusão às particularidades dos lugares envolvidos. Dessa forma, as ações humanas, tendo o espaço flexibilizado, passaram a repercutir não mais somente nos contextos locais, mas também fora deles, atingindo o global. Com isso, pode-se dizer que o mundo moderno é a primeira forma de existência realmente global, tendo em vista que articula o local e o global, bem como tem o tempo controlado e o espaço minimizado.

É nesse contexto da modernidade, da sociedade moderna, que nasce a chamada cultura do consumo, ou sociedade de consumo. Conforme afirma Gilles Lipovetsky (2007), a expressão “sociedade de consumo” apareceu pela primeira vez nos anos de 1920, tendo se popularizado nos anos de 1950 a 1960 e sendo uma das figuras mais emblemáticas da ordem econômica e da vida cotidiana até os dias atuais, na sociedade contemporânea. Diante disso, o autor divide a evolução dessa sociedade de consumo em três grandes momentos, os quais ele chama de “as três eras do capitalismo de consumo”.

A primeira era, segundo Lipovetsky (2007), refere-se ao nascimento dos mercados de massa, iniciando por volta dos anos de 1880 e encerrando com a Segunda Guerra Mundial, era essa em que há a substituição dos pequenos mercados locais pelos grandes mercados nacionais, fato que foi possível pelas novas infraestruturas de transporte e comunicação, ou seja, as estradas de ferro, o telégrafo e, após, o telefone, o que permitiu o desenvolvimento do comércio em grande escala com o fluxo de produtos de um estágio de produção a outro. Além disso, com a elaboração de máquinas de produção e fabricação continuada, foi elevada a velocidade e a quantidade dos fluxos, o que ocasionou, conseqüentemente, o aumento da produtividade com custos mais baixos, fator que deu início à produção de massa.

Já nessa primeira era, percebe-se uma nova filosofia comercial, uma estratégia que rompe com as atitudes do passado, qual seja, a de vender a maior quantidade de produtos com uma baixa margem de ganho, mas com um alcance importante, ou seja, o lucro pela baixa do preço de venda, e não pelo aumento, com a busca do lucro pelo volume e o

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



alcance das massas. A era moderna do consumo, portanto, foi a condutora de um projeto de democratização do acesso aos bens mercantis (LIPOVETSKY, 2007).

Foi na primeira era que também apareceram as grandes marcas e os produtos acondicionados, modificando a relação até então existente entre consumidor e varejista, já que não é mais ao vendedor que agora se filia o consumidor, mas sim à marca, com a garantia de qualidade dos produtos transferidos pelo fabricante. Essa grande mudança transformou a antiga relação mercantil que era dominada pelo comerciante, e transformou o cliente tradicional no consumidor moderno, que é um consumidor de marcas atraído pela publicidade (LIPOVETSKY, 2007).

A segunda era, de acordo com Lipovetsky (2007), inicia em 1950 e se estende ao longo de três décadas do pós-guerra, estabelecendo um novo ciclo histórico nas economias de consumo. Ela é marcada por um grande crescimento econômico, com a elevação do nível de produtividade do trabalho e foi chamada de “sociedade da abundância”, sendo o modelo puro da “sociedade do consumo de massa”, já que intensificou o processo de democratização de compra de bens iniciado na era I, pondo à disposição de quase todos bens duráveis como automóveis, televisão e aparelhos eletrodomésticos, o que elevou o nível e a estrutura de consumo.

Além disso, é a “lógica da quantidade” que domina essa segunda era, pois, a esfera industrial se modernizou com grande rapidez, tendo sido necessária toda uma reestruturação para seu funcionamento. Foi nos anos de 1960 que surgiu a expressão dessa segunda era: “fábrica de vender”, relacionada ao impulso da lógica produtivista e da distribuição em grande escala da época, podendo-se afirmar que houve uma “revolução comercial” (LIPOVETSKY, 2007).

Diante dessas evoluções e revoluções, o autor afirma que à medida que as sociedades enriquecem, surgem incessantemente novas vontades de consumir, ordenando-se o consumo cada vez mais em função de gostos e critérios individuais, diferenciados. É a era III da mercantilização moderna, a chamada época do



# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



“hiperconsumo”, quando as necessidades são orientadas por uma lógica subjetiva e emocional. Ademais, segundo Lipovetsky, na era do hiperconsumo há

[...] uma nova relação com o luxo e com a qualidade de vida que se traduz no culto contemporâneo das marcas. Nas épocas anteriores, as classes populares e médias viam nas marcas de luxo bens inacessíveis que, destinados apenas à elite social, não faziam parte de seu mundo real, nem sequer de seus sonhos. Em relação a essa forma de cultura, produziu-se uma ruptura: a aceitação do destino social deu lugar ao “direito” ao luxo, ao supérfluo, às marcas de qualidade (2007, p.30).

Com todo o desenvolvimento do mercado consumidor, havia a necessidade, portanto, de que fosse formada uma mão de obra qualificada que atendesse aos anseios da população consumidora e do mercado capitalista cada vez mais em expansão. Tendo em vista esse cenário, em 1987 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou um relatório atribuindo à universidade determinadas funções, dentre elas: fornecimento de mão de obra qualificada, educação e treinamento altamente especializados, fortalecimento da competitividade da economia, mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias. Há uma grande contradição, assim, entre as funções da universidade atribuídas pelo relatório da OCDE “[...] e a ideia da universidade fundada na investigação livre e desinteressada e na unidade do saber” (SANTOS, 1994, p.13).

O que ocorre, segundo Santos (1994), é que a função da investigação/pesquisa colide com a função do ensino e da universidade nessa época moderna, uma vez que a criação do conhecimento, ou seja, a investigação e a pesquisa, implicam na mobilização de recursos financeiros, humanos e institucionais que dificilmente são transferíveis para a utilização desse conhecimento, pois “no domínio da investigação, os interesses científicos dos investigadores podem ser insensíveis ao interesse em fortalecer a competitividade da economia” (SANTOS, 1994, p.13-14). Dessa forma, no ensino há uma contradição ampla entre os objetivos da educação geral e da preparação cultural, com

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



os objetivos da formação profissional e da educação especializada, resultando em uma cada vez maior crise na educação.

Essa crise na educação, no entanto, não é recente, uma vez que remonta, de acordo com Santos (1994), aos anos sessenta, em que o antigo modelo da universidade alemã de Humboldt, concebida como um lugar privilegiado de produção de alta cultura e conhecimento científico avançado, atividade intelectual, liberdade de discussão, espírito crítico, dotada de prestígio social e mais restrita à formação das elites, estava em desacordo com as “exigências sociais” emergentes, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo, e por isso não colaborava com os objetivos do Estado, tendo que ser reformulada.

A formação humanística e crítica do sujeito/aluno foi, portanto, deixada de lado para entrar em cena uma formação que colaborasse com o desenvolvimento econômico, tendo a universidade, segundo Santos (1994), que gerir a sua posição através de uma contabilidade de ganhos e perdas de desempenho funcional, e tendo que vincular sua hegemonia à formação profissional por pressão social. No entanto, o autor acredita que a universidade está pronta para que a educação com moldes humanísticos volte a entrar em cena, “no momento em que for nesse sentido a pressão social dominante” (SANTOS, 1994, p.24).

Outra questão importante de ser mencionada é que, durante o período da modernidade, em que o governo se interessava única e exclusivamente no desenvolvimento capitalista, na educação universitária a prática se sobrepôs à teoria, afinal havia a necessidade de transformação da ciência em força produtiva, da competitividade internacional das economias feita de ganhos de produtividade cientificamente fundados, para atender aos anseios da sociedade de consumo (SANTOS, 1994).

Aliás, a sociedade centrada no consumo segue na chamada pós-modernidade, sendo a vida organizada em torno dessa prática intensificada no cenário contemporâneo,

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



dispensando regras, adotando à vontade, a sedução e o desejo como únicos elementos importantes.

O projeto da modernidade, que durou muitos anos, está, portanto, modificando-se paulatinamente. São diversos os nomes que podem ser dados a essa nova fase da modernidade: pós-modernidade, modernidade tardia, alta modernidade, segunda modernidade, sociedade de risco, modernidade líquida. Bauman (2001) chama essa nova fase da modernidade de modernidade líquida, tendo em vista a liquidez atual pela qual o mundo passa, diferentemente da maior solidez que era enfrentada no mundo moderno.

Ademais, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e com a invenção de novos, como por exemplo, a internet, o mundo está cada vez mais globalizado. Pode-se afirmar que o que existe hoje é, também, uma sociedade da informação, termo este ligado à expansão e reestruturação do capitalismo que ocorreu desde a década de 1980 com a aplicação de novas tecnologias, ou seja, um tipo de sociedade ligado a um certo tipo de conhecimento, qual seja o conhecimento científico, a partir do qual se desenvolve a capacidade de inovação tecnológica, que é um dos principais motores da expansão econômica no mundo contemporâneo (SORJ, 2003).

No mesmo sentido, é possível afirmar que há grandes impactos e consequências sociais com o uso das tecnologias de informação e comunicação, pois são largamente utilizadas como elementos da vida econômica, social, cultural e política em uma escala global de interação. Ou seja, a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, que pode ser chamada de sociedade em rede e que traz a globalização como grande base (CASTELLS, 1999).

Para José Dias Sobrinho, a sociedade de hoje, que pode também ser chamada de sociedade do conhecimento, traz a ciência e a tecnologia como principais fatores produtivos, o que impacta fortemente na educação. Sobre isso, segue o autor afirmando que

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



[...] além desse aspecto central, há outros como a mobilidade social, a instabilidade no meio profissional, a agilidade da disseminação de informações e conhecimentos pela mídia e a globalização econômica e cultural que têm enorme repercussão sobre a universidade, desestabilizando seus procedimentos e estruturas tradicionais (DIAS SOBRINHO, 2005, p.12).

Não há como negar, no entanto, que o processo de criação e inovação dos conhecimentos que as tecnologias de informação e comunicação possibilitam, contribuiu para o saber humano em todas as suas dimensões, e o rápido desenvolvimento dessas tecnologias e sua aplicabilidade geraram também ganhos com produtividade, eficiência e desenvolvimento.

As instituições de ensino superior, por óbvio, como entidades propulsoras da sociedade, possuem a obrigação de estimular essa revolução tecnológica, porém no sentido da intensificação e ampliação dos saberes humanos, e não no sentido de pensar única e exclusivamente no fator desenvolvimento econômico, com uma subordinação aos interesses de mercado, no qual o próprio conhecimento assumidamente se reveste de um caráter mercadológico.

A questão da educação superior no cenário da sociedade contemporânea será o assunto do tópico a seguir.

## **4 A educação superior no cenário contemporâneo: (im) possibilidades**

Com a evolução pela qual passou a sociedade ao longo da história, até se chegar aos dias atuais em que o mundo é globalizado e a sociedade é de consumo, pode-se afirmar que a educação foi uma das organizações e instituições que foram reordenadas para o contexto social de hoje. É possível referir, ainda, que a educação foi, inclusive, utilizada como uma das ferramentas na remodelação social que gira em torno das necessidades geradas pelo capital e pelo desenvolvimento econômico, com a adequada formação do capital humano necessário para atingir esses fins.

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



As reorganizações e reconfigurações da educação são moldadas, portanto, de acordo com o momento da sociedade e os sistemas de competição de mercado. Hodiernamente, a educação passou a ser vista como uma estratégia para atender aos anseios do crescimento econômico e mercadológico na sociedade de consumo, passando o estudante a ser validado como mercadoria e identificado através dos resultados apresentados nas avaliações reguladoras, sendo desconsideradas suas necessidades ou interesses no processo de aprendizagem (BALL, 2018).

A educação superior está, portanto, com sua autonomia subordinada às exigências do mercado, de formar capital humano para atender a necessidade de desenvolvimento, tendo as universidades e instituições que seguir essas exigências e pressões. O resultado disso, no entanto, é o fato de que foram o “[...] controle de qualidade e o estabelecimento de padrões transformados em uma obsessão política cuja preocupação primordial não está, sobretudo, com a qualidade da formação em si” (ZABALZA, 2004, p.25).

Nesse mesmo sentido, Nussbaum refere que “[...] muitas pessoas consideram que a capacidade de pensar e de argumentar por si só é algo dispensável se o que queremos são produtos comercializáveis que possam ser quantificados” (2015, p.48). Segue a autora,

[...] é provável que nossas interações humanas sejam mediadas pelas normas inadequadas de troca comercial, em que as vidas humanas são consideradas principalmente instrumentos de lucro. Portanto, as escolas, as faculdades e as universidades do mundo têm uma tarefa importante e urgente: desenvolver nos estudantes a capacidade de se perceberem como membros de uma nação heterogênea (pois todas as nações modernas são heterogêneas) e de um mundo ainda mais heterogêneo, e inteirar-se um pouco da história e da natureza dos diversos grupos que nela habitam (NUSSBAUM, 2015, p.80).

Seguindo o mesmo entendimento de Nussbaum, Hannah Arendt (2007) refere que o fundamental na educação enquanto formação de seres humanos é o exercício do pensamento, ou seja, compreender a relação existente entre o pensamento e a realidade em que se vive, para que seja possível aprender a pensar por si mesmo para entender o mundo. Com relação a esse fato, Bauman (2005) afirma que há a necessidade de se

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



entender o mundo atual como sendo líquido, no qual um dos elementos centrais é o consumismo desenfreado que acaba atingindo a educação, pois essa passa a ser pensada e organizada de acordo com o que o mercado cria como nova oportunidade de negócio.

É a partir dessa reflexão que Nussbaum (2015) questiona: “ensinar a ser homens de negócio ou cidadãos responsáveis? ”, pois com a educação organizada a partir de interesses econômicos, acabam sendo deixadas de lado questões importantes que deveriam orientar o ensino, levando a uma maior crise e a uma maior insuficiência de objetivos concretos de ensino-aprendizagem.

Segundo Nussbaum (2015), as humanidades e as artes estão sendo eliminadas dos currículos, consideradas como enfeites inúteis que precisam ser eliminados, juntamente com o aspecto construtivo e criativo e a perspectiva de um raciocínio que seja crítico, para que haja a permanência no mercado competitivo global. Por todo o mundo, portanto, os cursos de artes e humanidades estão sendo eliminados dos currículos, em favor dos cursos técnicos, pois aqueles não conduzem ao progresso da economia.

Diferentemente dessa tendência, a autora traz o exemplo dos Estados Unidos, onde, em vez de entrar direto na universidade para estudar um único assunto, é exigido que os alunos cursem diversas disciplinas durante os dois primeiros anos, entre as quais se destacam os cursos de humanidades. Ou seja, desde o início os educadores americanos ligam as artes liberais à formação de cidadãos democráticos informados, independentes e compreensivos. É um modelo de educação não voltado única e exclusivamente para o crescimento econômico, mas um modelo de ensino superior baseado nas artes liberais. No entanto, apesar dessa tradição das artes liberais, os Estados Unidos, infelizmente, também estão se encaminhando na direção de cortar dos currículos essa tradição (NUSSBAUM, 2015).

É possível afirmar, nesse sentido, que, atualmente, “a palavra de ordem é ‘impacto’, e com ela o governo quer dizer, acima de tudo, impacto econômico” (NUSSBAUM, 2015, p.129). No entanto, ao ser seguido esse rumo, é necessária a

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



pergunta: “o que teremos se essas tendências continuarem? ”. A própria autora responde: “nações com uma população tecnicamente treinada que não sabe como criticar a autoridade e geradores de lucro competentes com uma mente obtusa” (NUSSBAUM, 2015, p.142-143).

Para que esse cenário seja modificado, Nussbaum defende um ensino com o raciocínio socrático, sendo que, no nível da faculdade e da universidade, “o raciocínio crítico deve ser introduzido no ensino de muitos tipos de classe, no momento em que os alunos aprendem a investigar, a avaliar a prova, a escrever ensaios com uma argumentação bem estruturada e a analisar os argumentos apresentados a eles em outros textos” (2015, p.55), ou seja,

[...] ao chegar à universidade, os alunos precisam desenvolver suas capacidades como cidadãos do mundo de forma mais sofisticada. Assim como acontece com o raciocínio crítico, o ensino voltado para a formação de cidadãos do mundo deve fazer parte da cota básica de ciências humanas do currículo, seja o foco do aluno administração, engenharia, filosofia ou física (NUSSBAUM, 2015, p.91).

No entanto, “a verdade é que nós nunca estivemos antes nessa situação. Ainda é preciso aprender a arte de viver num mundo saturado de informações. E também a arte mais difícil e fascinante de preparar seres humanos para essa vida” (BAUMAN, 2011, p.125). Com o fluxo desenfreado de informações que nos são passadas diariamente, estabelecer conhecimentos válidos, ainda que a médio prazo, a serem aprendidos pelas novas gerações, é tarefa complicada.

É diante dessas dificuldades que Bauman (2007) leciona sobre o cultivo de um aprendizado que instigue a capacidade de conviver com a incerteza diária e com a ambiguidade, com a existência de diferentes culturas e diversidade de pontos de vista, para que sejam fortalecidas as faculdades críticas e possibilitada a alegria do novo, do inexplorado e do estranho. Dessa forma, a educação teria a finalidade de “contestar o

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



impacto das experiências do dia a dia, enfrentá-las e por fim desafiar as pressões que surgem do ambiente social” (BAUMAN, 2007, p.21).

Da mesma forma, Bauman (2013) afirma que a educação de qualidade deve promover a abertura da mente, tanto para o passado quanto para o presente, e não o seu fechamento, sendo o objetivo da educação a preparação das novas gerações para a organização de seu mundo.

Ainda, para Bauman (2011), uma das questões mais desafiadoras na educação dos dias atuais é a dificuldade de serem estabelecidos conhecimentos válidos a médio prazo para as novas gerações. O conhecimento entra na mesma lógica do consumo, de ser passageiro e descartável.

Diante desse cenário, importantes as ideias de Arendt (1997) para que sejam visualizadas perspectivas de melhora dessa situação. Segundo a autora, uma das perspectivas é a tradição, no sentido de interpretá-la como um vínculo existente entre as novas gerações e o mundo já constituído. Outra perspectiva seria a questão da autoridade, na pessoa do professor, responsável por mediar as discussões dos temas em sala de aula e internalizar nos alunos a possibilidade de serem eles os responsáveis pela continuidade da vida humana e do mundo e, por que não, futuramente, da tradição. Para Arendt (1997), respeitar a tradição e a autoridade é importante para que a educação seja progressista, ou seja, dar importância ao que passou para melhorar o que está por vir.

O que ocorre, no entanto, é que, com a massificação do ensino universitário, ou seja, com a democratização de seu acesso, que agora não é mais restrito à elite, a expansão da educação se deu de forma rápida, em grande escala e foi acompanhada por uma diversificação dos tipos de oferta, com a emergência de novos tipos de instituições privadas de ensino superior e o desenvolvimento de caminhos de formação mais flexíveis, como a educação à distância, ofertas essas que possuem um objetivo em comum, qual seja a proximidade com o mercado de trabalho e uma formação orientada e voltada para esse fim, ou seja, a qualidade do conhecimento perdeu lugar para a quantidade de informações.



# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



Essa questão da educação voltada para o sentido mercadológico é, visivelmente, uma das consequências da globalização, a qual revolucionou o mercado capitalista e produziu uma nova visão do mundo, fator que impactou em todos os campos da sociedade. A transformação do conhecimento e da educação em um serviço comercializável, com a preferência pelos sistemas que são orientados para o mercado é que conduzem as transformações na ideia e no papel da universidade nos dias atuais.

Nesse sentido, Dias Sobrinho (2005) faz uma reflexão acerca das características dos alunos e futuros profissionais formados pelas universidades e instituições dos dias de hoje. O autor reflete quanto ao fato de que a sociedade necessitar de profissionais qualificados ou as pessoas necessitarem ganhar a vida na sociedade em que vivem, não é mais argumento suficiente para formar profissionais de qualquer natureza sem questionar o papel que esses profissionais irão desempenhar na sociedade. Nessa senda, o autor questiona:

Serão profissionais interessados exclusivamente em vantagens pessoais ou terão eles algum tipo de sensibilidade, responsabilidade e compromisso com ideais mais amplos como justiça e bem-estar sociais? Será suficiente qualificar pessoas para um sistema político-econômico estruturalmente injusto e excludente ou será preciso despertar neles uma visão crítica que possa, além de bons profissionais, torná-los agentes de transformação? (DIAS SOBRINHO, 2005, p.13).

As reflexões de Dias Sobrinho vão exatamente ao encontro de uma das principais preocupações de Nussbaum (2015), a qual refere que, ao investir cada vez mais nas áreas técnico-científicas em detrimento das áreas humanas e sociais, ou na formação voltada para as aptidões básicas e com um foco exagerado voltado aos dispositivos tecnológicos e digitais, acaba não havendo preocupação por parte dos estudantes com a desigualdade no acesso ao ensino, já que não há estímulo para viver com e conhecer as culturas e pontos de vista diferentes, fator que é uma exigência da atual sociedade multicultural que caracteriza as formas de vida do século XXI, e essa omissão coloca em risco as noções de democracia e cidadania.

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



A autora ainda volta a destacar que são as disciplinas humanísticas que possibilitam espaços de discussão de temas relacionados aos grupos minoritários, à economia global, às relações raciais, aos conflitos internacionais, às diferenças de gênero ou de um mundo multicultural, marcado pela diversidade. Nussbaum (2015) reafirma a necessidade de ser resgatado um “conceito ampliado de educação”, trazendo à tona o sujeito ativo das aprendizagens, com o desenvolvimento do pensamento crítico, a capacidade de explorar o valor empatia, enquanto possibilidade de incluir o “outro” no seu mundo e no seu modo de pensar e agir. Tudo isso resultaria na formação de uma cidadania universal capaz de desenvolver o sentimento de pertença à humanidade, de compromisso com a democracia, com a educação superior não como mero saber técnico, profissionalizante, mas voltada à formação cultural, um profissional “de mente alargada”, completo, capaz de viver e colaborar com um mundo cada vez mais plural e complexo.

Por fim, de acordo com Jorge Larossa (2013), mesmo quando a educação tem como titularidade o Estado, se ela tem como lógica de funcionamento o empreendimento, ela continua sendo privatizada, individual, de corporações financeiras. O grande desafio da educação seria, portanto, pensar seu sentido e seu papel na visão do todo da sociedade, a partir do mundo comum, de interesses comuns, enfim, de ensinar TUDO a TODOS.

Para ensinar tudo a todos, portanto, é preciso uma maior reflexão para o modo de vida atual, para as necessidades latentes, não apenas da economia e do mercado, mas sim de toda a sociedade, ou seja, não entender a educação como uma parte separada do todo. Ainda que haja toda uma renovação das novas gerações, bem como o desaparecimento de continuidades e tradições, a educação deve continuar a ser vista e entendida a partir de toda a sociedade, sempre visionando a perspectiva geral e não apenas profissionalizante do ensino, para que a educação não seja pensada unicamente sob o prisma econômico e de mercado.

## **5 Considerações Finais**

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



Pelas ideias apresentadas, o cenário da educação superior na sociedade contemporânea impõe um debate urgente acerca dos rumos da formação no ensino superior e da própria universidade.

Sabe-se que o desenvolvimento da economia, o surgimento da sociedade de consumo e a globalização acabaram atribuindo ao ensino superior novas tarefas e desafios, tendo a universidade que se adaptar a tais exigências, sendo eliminadas ou reduzidas dos currículos, em favor de uma formação tecnicista, disciplinas voltadas às humanidades, tão importantes na formação do sujeito como cidadão do mundo.

Além disso, com a massificação do ensino universitário e a democratização de seu acesso, o resultado acabou sendo um terreno propício à mercantilização do ensino superior, com uma educação que vem se tornando cada vez mais utilitarista, voltada para o desenvolvimento do mercado e da economia, com um saber voltado essencialmente à construção de competências técnicas, ou seja, houve a submissão da qualidade da educação pela lucratividade, fatores que fomentam o individualismo e a intolerância, corroem a solidariedade e a empatia com o outro, batendo de frente com os objetivos de uma sociedade justa, solidária, humana e democrática.

O que não pode acontecer é a universidade esquecer o seu objetivo e da sua missão primordiais, desde os tempos mais antigos, quais sejam, de desenvolver não somente as habilidades e competências profissionais dos alunos, mas também os pessoais, e não apenas as imediatas, mas as que sejam necessárias e utilizadas ao longo de sua vivência, com uma educação oposta aos utilitarismos exclusivamente produtivistas da sociedade contemporânea.

Ou seja, é necessário que o foco atual para a melhora no cenário dos processos de ensino e aprendizagem no ensino superior seja o resgate de toda a orientação e finalidade que deve ter a educação e a universidade, seja nos tempos antigos, seja nos dias atuais: formar cidadãos críticos, empáticos, competentes e eticamente responsáveis.

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



Diante de todo o exposto, importante referir que o presente ensaio não tem a intenção de esgotar o tema, mas apenas contribuir para sua reflexão, por considerá-lo relevante nos aspectos social, político e econômico do contexto atual, afinal a educação é e sempre foi um dos pilares sobre o qual se assenta o sujeito e o progresso da sociedade humana.

## 6 Referências

ARENDDT, Hannah. **Entre Passado e Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BALL, Stephen J. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação**. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Los Retos de la educación en la modernidad líquida**. Barcelona: Gedisa, 2007.

\_\_\_\_\_. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Tradução Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre Educação e Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BUARQUE, Cristovam. A universidade numa encruzilhada. *In*: SESU/MEC. **A Universidade na Encruzilhada**. Seminário Universidade: por que e como reformar? UNESCO: Brasília, 2003, p. 21-65.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. v.1. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da Educação Superior no mundo Globalizado**:

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). *In*: SCHWARTMAN, Simon; BROCK, Colin (Orgs.). **Os Desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p.197-240.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. **Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

LAROSSA, Jorge. **A Educação deve ser Preservada**. Newsletter Fundação Social Itaú. ed. 42. 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NUSSBAUM, Martha C. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, Terezinha. **Origem e Memória das Universidades Medievais**: a preservação de uma instituição educacional. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752007000100007&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752007000100007&script=sci_abstract&tlng=es)>. Acesso em: 16 mai. 2018.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de universidade à universidade de ideias. *In*: \_\_\_\_\_. **Pela Mão de Alice**: o Social e o Político na Pós-Modernidade. Porto: Afrontamento, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

# INTERFACES: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA DO CURSO DE PEDAGOGIA



SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” - É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? **Perspectiva**. Florianópolis, SC, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan/jun. 2006.

SILVEIRA, Carmem Lucia Albrecht da; LOEHDER, Tais Maiara Loss. Os caminhos da docência na educação superior: da mercantilização à acreditação. *In*: FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; ODY, Leandro Carlos (Orgs.). **Docência Universitária: Pressupostos Teóricos e Perspectivas Didáticas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015, p. 97-120.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **Educação Superior no Brasil**. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2018.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília, DF: Unesco, 2003.

TAUCHEN, Gionara, FÁVERO, Altair. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. **Linhas Críticas**. Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011.

TRINDADE, Hélio. **Saber e Poder: os dilemas da universidade brasileira**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142000000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300013)>. Acesso em: 8 mai. 2018.

ZABALZA, Miguel A. **O Ensino Universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.